



Sumário

~ •/1110/110
1. Introdução 3
2. Critérios 4
2.1. Argumentação 4
2.2. Raciocínio 5
2.3. Referências 5
2.4. Oratória 6
2.5 Regras 6
3. Funções do debate 7
3.1 Introdução 7
3.2 Primeira Dupla da Defesa 7
3.2.1 Definição 7
3.2.2 Do Desafio à Definição 7
3.3 Primeira Dupla da Oposição 8
3.4 Extensão 9
3.5 Whip 9
3.6 Juízes 9
3.6.1 Da Ordem 9
4. Deliberações pós-debate 4
4.1. Ranking das duplas 4
4.2. Pontuação dos debatedores (Nota entre 50-100)
4.3 Da tabulação 4
5. Feedback 5
6. Erros mais frequentes 6
7. Guia de Estudos 8
7.1. Pesquisa 8
7.2. Preparação 8
7.3. Definição de Moção Propositiva 8
7.4. Definição de Moção Valorativa 9
7.5. Construção de argumentos 9
7.6. Refutação de argumentos 10
7.7. Estruturação do discurso 10
8. Do Power Matching 12

1. Introdução

De maneira sucinta, é possível dizer que o I Torneio Fluminense de Debates é um Campeonato de Debates temático, que acontecerá segundo o modelo do Parlamento Britânico Mas o que cada dessa frase palavra significa?

Comecemos por **debates**. Antes de mais nada, é importante dizer o que debates não significa. Por debates, entendemos que não se trata de um concurso de oratória. Fazendo uma analogia, a oratória está para o debatedor assim como a corrida está para o jogador de futebol: é um importante instrumento de trabalho, mas não sua atividade fim. Debates também não são simulações de órgãos existentes, no sentido em que os debatedores não devem vestir máscaras e assumir papéis pré-definidos (além de, é claro, as suas posições no debate). O debate é, portanto, uma competição de argumentos, uma celebração do poder de convencimento, um desafio à empatia: *o esporte da retórica*.

Dito isto, o que significa o modelo do **Parlamento Britânico**? Existem muitos modelos de debates: o modelo australiano, o modelo americano, o modelo cearense. O modelo do Parlamento Britânico é o mais reconhecido globalmente, usado no Campeonato Mundial de Debates em Língua Inglesa, no Campeonato Brasileiro de Debates e no I Torneio Fluminense de Debates. As Sociedades de Debates organizadoras deste evento sempre treinam por meio dele.

No modelo do Parlamento Britânico, todo debate se caracteriza por uma moção, como por exemplo, "Esta Casa transferiria todos os blocos de carnaval para o Parque Olímpico". Ao longo dos quatro discursos, os deputados de Defesa e Oposição deverão se alternar para mostrar o porquê a moção deveria ser aprovada ou não. A função do juiz, aquele que avalia o debate, é de se colocar na posição do eleitor médio: uma pessoa inteligente, mas que não é especialista em nenhuma área específica, não é culto e não sabe muito mais além das grandes notícias e fatos publicados nas capas dos jornais.

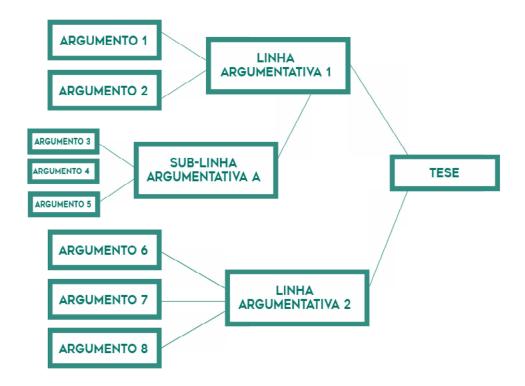
Um Torneio de Debates **temático** se caracteriza por existir um tema central que permeia todas as moções. O eixo central deste Torneio será "*Cultura se discute*, *cultura se constrói*, *cultura se debate*." Outros torneios não-temáticos têm moções que podem não apresentar nenhuma semelhança entre si.

Ao longo do I Torneio Fluminense de Debates, também chamado I TFD, a cada rodada, um dos sete temas será escolhido e uma moção será apresentada aos debatedores, quinze minutos antes do debate começar. Significa que, ao longo das quatro rodadas classificatórias, da semifinal e da final, qualquer um dos 7 temas pode aparecer com alguma moção relacionada. Se Carnaval fosse um dos temas, quinze minutos antes do início da rodada, os debatedores poderiam ser confrontados com a moção "Esta casa não acabaria com o carnaval de rua."

2. Critérios

2.1. Argumentação

Deve-se diferenciar *linhas argumentativas* e argumentos. Via de regra, todo argumento deve estar contido em alguma linha argumentativa. No debate, "*Esta Casa não acabaria com o carnaval de rua*", uma linha argumentativa para a defesa é destacar a importância para o turismo. Um argumento seria explicar que o Carnaval atrai turistas estrangeiros, que geram movimentação de dinheiro na cidade.



No esquema acima, temos uma ideia do que deve ser julgado. Cada debatedor (com exceção dos Whips, cuja função será explicada mais a frente) deve apresentar uma ou mais linhas argumentativas -- cada uma delas contendo um ou mais argumentos. Alguns deles podem influir de maneira direta na conclusão, outros, em conclusões intermediárias que levam à moção. De modo geral, o que se espera é que o debatedor apresente uma série de argumentos, um após o outro, de maneira que cada vez mais se aproxime à prova da tese por aquela linha argumentativa. A **qualidade dos argumentos** é o objetivo da avaliação neste quesito.

É muito desejável -- e será feito na maioria das vezes -- que as duplas tenham mais de uma linha argumentativa. A linha argumentativa deve sempre ser concluída com a demonstração da tese. Ao optar por ter mais de uma linha, a dupla está se protegendo, pois mesmo que alguma das linhas venha a ser refutada, a tese pode continuar a ser verdadeira por outra linha.

Um argumento que é apresentado e não refutado por nenhum adversário é potencialmente bom. Se ele também possui um raciocínio lógico correto e é embasado por referências bem articuladas, ele é excelente, pois foi bem desenvolvido e não refutado.

Caso o desenvolvimento lógico e as referências sejam bem estruturados, mas a outra bancada consiga refutá-lo, o argumento já perderá muito de sua força. Embora ele seja bom, a oposição conseguiu apresentar um ponto que foi ainda melhor.

A argumentação que o juiz, em sua posição de eleitor médio inteligente, se sente pouco convencido, é naturalmente uma má argumentação. Mesmo que ela não seja refutada, já não terá a mesma qualidade dos exemplos anteriores.

Argumentos são avaliados pela sua qualidade. No entanto, uma linha argumentativa que aparece dos dois lados do debate se mostra importante e, como boa parte do mérito é de quem propôs, o debatedor deve ser prestigiado. A **relevância para a discussão** é fundamental de ser considerada.

O juiz deve imaginar que cada linha argumentativa se trata de um edifício e que os argumentos são a sua fundação. Se algum argumento for refutado, mas o prédio continuar de pé, a penalização deve ser leve. Se muitos argumentos ou sub-linhas forem refutadas a ponto de atingir diretamente a estrutura, a penalização deve ser média. Se o prédio desmoronar, isto é, a linha argumentativa ruir, a penalização deve ser grave.

2.2. Raciocínio

Ao final de seu discurso, ele deve ter entregue uma ou mais linhas argumentativas bem construídas. O debatedor é como um dançarino. Ele deve exibir sua capacidade de executar cada passo separadamente, mas também transitar entre eles e conectá-los. Se os argumentos não possuem conexão entre si, não geram nenhuma conclusão relevante ou foram apresentados desorganizadamente, o

Raciocínio não foi bem feito.

Possíveis saltos lógicos realizados pelo debatedor não podem ser deixados a cargo de seu interlocutor. Todo o raciocínio deve ser bem claro, incluindo a relação entre os argumentos entre si e com a conclusão do discurso.

Um erro menos grave no quesito, embora também seja muito comum, é se perder durante o discurso e acabar vagueando entre várias linhas argumentativas sem rumo. Isso mostra que o debatedor não possui a estrutura de sua fala bem definida e organizada.

Ao final, o principal a ser avaliado aqui é a construção do discurso e não tanto a qualidade do mesmo, visto que isso deve ser mais avaliado no critério Argumentação.

2.3. Referências

Aqui se avalia a capacidade do debatedor de sair do "eu acho" e mostrar que seu argumento é pautado na realidade. Existem dois principais tipos de referências: dados estatísticos e embasamento teórico.

Via de regra, dados devem ser acompanhados de fontes, mas não é necessário citá-las em casos que são de conhecimento coletivo, como a taxa básica de juros (que estava a 6,75% no momento da escrita deste manual) ou a quantidade de votos que algum candidato. Referência sem fonte não deve ser ignorada, mas encarada com bom-senso, tanto pelos debatedores, quanto pelos juízes.

Há de se tomar cuidado também com *name-dropping*, que é quando um debatedor cita algum autor sem motivo aparente, apenas como argumento de autoridade ou como uma "palavra mágica". Dizer que Platão explica porque a

moção é verdadeira não representa nada. É necessário esmiuçar o pensamento do autor, explicá-lo, fazer o raciocínio que o autor fez, para reforçar o argumento. É comum que grandes pensadores, como qualquer pessoa, tenham acertado e errado ao longo de sua vida. Não é porque Platão, por exemplo, possui obras consideradas como clássicas e ainda basilares para o pensamento ocidental do século XXI, que todos os seus escritos são corretos ou verdadeiros; ou até mesmo que todos concordarão com sua filosofia.

Por último, é importante fazer uma ressalva. Embora os dois tipos de referências mencionados sejam os mais comuns, existem outras alternativas: exemplos, histórias pessoais, literatura, cinema, ditados populares, entre outros. Cabe ao juiz refletir a respeito, avaliar se a referência está bem articulada ao argumento, se a quantidade e a qualidade delas é adequada para a moção em pauta e para o discurso do deputado.

2.4. Oratória

Ainda que não seja um torneio de oratória, falar bem em público é uma qualidade necessária aos debatedores. Por isso, por oratória, a principal ótica considerada é a capacidade do debatedor de ser compreendido pelo público. Preferências do juiz em relação a diferentes estilos de oratória não podem guiar esse critério.

Se um determinado erro é insignificante e não influencia na fala como um todo, pode ser desconsiderado. Por outro ângulo, se o debatedor apresenta mais de um problema simultaneamente, o que interfere em sua postura como um todo — dando a impressão de nervoso ou desconforto, por exemplo — isso deve ser considerado.

São erros comuns de oratória: falar baixo, falar muito devagar ou muito rápido, gaguejar, mexer no cabelo, apresentar vícios de linguagem ou gesticulação, não tirar os olhos do papel, andar demais, andar em círculos etc.

Uma oratória boa leva a um discurso claro e fácil de compreender, com boa articulação, que atrai a atenção do público.

2.5 Regras

Este é um critério punitivo, ou seja, o debatedor não ganha pontos por cumprir as regras, apenas perde por quebrá-las. Alguns, mas não todos, exemplos de erros comuns de Regra são:

- •Não atender a um ponto de informação se a oportunidade tiver sido dada;
- •Pedir ou aceitar ponto de informação antes de 1 minuto de discurso;
- •Pedir ou aceitar ponto de informação depois de 6 minutos de discurso;
- •Pedir ou aceitar ponto de informação da própria bancada;
- •Aceitar pontoo de informação da plateia;
- •Fazer uso da palavra sem que tenha sido concedida pelo debatedor em discurso;
- •Ultrapassar os 7min15s;
- •Desrespeitar os outros deputados ou a mesa avaliadora;
- •Fazer um discurso desrespeitoso;
- •Não cumprir a função específica do debate, de acordo com a posição;
 - •Criar argumentos novos enquanto Whip;
 - •Contradizer diretamente a outra dupla da mesma bancada, com o chamado *esfaqueamento*;
 - •Conversar com as demais duplas ou com pessoas de fora do debate depois que o tempo de preparação se iniciou;
 - •Usar qualquer tipo de objeto eletrônico;

3. Funções do debate

3.1 Introdução

Denominados membros ou deputados, o debate é composto por quatro duplas – sendo elas duas de defesa e duas de oposição – e uma mesa de juízes. A ordem de fala delas é anunciada 15 minutos antes do debate.

Cada participante terá 7 minutos para proferir seu discurso e terá o seu primeiro e o sexto minuto de fala protegidos, ou seja, sem a possibilidade de receber Pontos de Informação. Quando houver a sinalização do sétimo minuto, o debatedor terá 15 segundos para concluir o seu raciocínio. É importante ressaltar que esses 15 segundos são para conclusão, não podendo, portanto, utilizar para introduzir um novo argumento. Caso isso ocorra, deverá ser desconsiderado pelos juízes da mesa, tal como caso ultrapasse os 15 segundos da conclusão.

3.2 Primeira Dupla da Defesa

3.2.1 Definição

Cabe ao debatedor que inicia o debate, primeiro membro da primeira dupla de defesa, realizar a definição de moção em questão. Esta deverá restringir a moção e definir alguns termos que possam ser muito amplos, para nortear o debate. Cuidados a serem tomados com a definição são:

- 1. É fundamental que haja uma ligação clara e lógica com a moção pensando que o debate deve ser acessível ao eleitor médio inteligente;
- 2. Não remeter a outro contexto temporal que não o presente;
- 3. Não ser limitada de forma injusta, ou seja, de uma maneira que não haja favorecimento de uma dupla de forma com que, por conta da desproporcionalidade, o debate pode vir a ser comprometido. Isso inclui definições de locais que não sejam de conhecimento geral, por exemplo.

A definição não deve ser punida por não ter explicado, palavra a palavra, o seu significado. Ela deve apenas definir aquelas que poderiam causar polêmicas durante o debate. Na moção "Esta casa, no lugar de Donald Trump, atacaria a Coreia do Norte" é desnecessário definir quem é Donald Trump ou o que é a Coreia do Norte. A grande função da definição, neste caso, é explicar o que significa atacar para a bancada de defesa. E aqui o debatedor tem total liberdade para dizer que seria através de bombas nucleares, uma invasão através de navios ou qualquer outro tipo de ofensiva militar, desde que seja materialmente relevante ao debate. E toda argumentação, a favor e contra, deve levar em consideração a definição.

O segundo membro da primeira dupla de Defesa, terceiro a proferir o discurso, será aquele responsável por refutar os argumentos contrários à moção pelo primeiro membro da bancada de oposição além de complementar demais informações que possam ter sido abordadas de maneira incompleta pelo encarregado da definição, além de esclarecer determinados pontos e explorá-los ainda mais.

3.2.2 Do Desafio à Definição

Caso a definição apresentada seja irrazoável, isto é, injusta com os demais debatedores a ponto de prejudicar o debate, o primeiro membro de cada dupla seguinte tem o direito (e o dever) de desafiar a definição. Para isso,

no início do seu discurso (do seu próprio discurso, não no meio do discurso de outra pessoa), ele deverá indicar que está desafiando a definição dada e quais os motivos da referida definição ser irrazoável. Após a exposição de motivos, cronômetro será pausado e os juízes sairão da sala de debate para deliberar acerca do desafio. Caso o desafio seja aceito, o cronômetro será reiniciado e o desafiante poderá redefinir a moção; caso seja negado, o cronômetro continuará e o desafiante terá que debater nos moldes estabelecidos anteriormente.

É importante ressaltar que, caso a moção seja redefinida, os argumentos apresentados anteriormente **não são descartados** e devem ser considerados pelos juízes. Obviamente, é muito difícil que quem teve sua definição desafiada com sucesso ganhe o debate, mas ainda é possível, visto que os argumentos apresentados possam ter relação com o debate. Nesse sentido, os demais debatedores ainda têm a obrigação de tentar refutar tais argumentos e os juízes devem levar em consideração a relevância que eles tiveram ao longo do debate, bem como sua construção.

Ademais, os motivos mais comuns foram elencados no ponto acima (item 3.2.1), mas analisemos exemplos com a moção "Esta casa legalizaria o aborto".

Caso a definição dada seja a legalização do aborto de fetos anencefálicos, a definição é irrazoável, pois é algo já legal no Brasil. Outro exemplo é uma eventual restrição ao definir aborto como pílula do dia seguinte: é uma definição que claramente foge do propósito da moção, visto que, além da pílula do dia seguinte ser legal, o marco temporal é muito curto e, em muitos casos, não houve nem fecundação.

Há inúmeros casos de definições irrazoáveis, não sendo possível colocar todos eles neste manual. Caso os debatedores se deparem com algum caso que entenda ser prejudicial ao debate (seja por restringir demais, ser injusto com um lado, entre outras situações), deverá fundamentar bem seu desafio. Fundamentações ininteligíveis não devem ser consideradas pelos juízes: é, inclusive, comum que definições irrazoáveis sejam desafiadas pelos motivos errados, não devendo, em tais casos, o desafio ser aceito pela mesa avaliadora.

É importante ressaltar, contudo, que uma definição mal feita não necessariamente é desafiável. Uma definição muito ampla, uma restrição surpreendente ou uma definição de nomenclatura que dificulte a argumentação da oposição podem acabar comprometendo seriamente o desempenho das demais duplas, mas não são desafiáveis. Apenas definições muito desconexas com a moção, que impossibilitem o debate ou que gerem discrepâncias muito absurdas entre as bancadas é que são passíveis de desafio. Assim sendo, o desafio deve ser usado apenas em último caso e não frequentemente. Mesmo que a oposição discorde ou não goste da definição realizada, é preciso verificar se o debate de fato foi gravemente prejudicado devido a uma definição extremamente desleal. Caso não seja o caso, a oposição deve aceitar a definição e debate sob os moldes dela.

3.3 Primeira Dupla da Oposição

O papel desempenhado pelo primeiro membro dessa dupla será de apresentar a primeira refutação ao discurso da Definição. Não é obrigatório, mas é um ponto bastante construtivo que contra-argumentação seja acompanhada de uma contraproposta pois, dessa maneira, é possível aumentar a consistência do discurso. (Para mais informações sobre contraproposta e os tipos de moção, veja o tópico Guia de Estudos).

É importante ressaltar que, embora caiba a eles a função de apresentar argumentos que sejam oposição à moção, estes devem estar ligados à definição previamente

feita. Não podem, portanto, tangenciar ou fugir completamente do que está sendo discutido. Caso haja uma definição indevida ou que contrarie os critérios previamente citados, esta poderá ser desafiada pelo primeiro membro da bancada. Se isso não for feito, os deputados deverão seguir a definição que foi proposta, para que o debate tenha coerência.

3.4 Extensão

Cabe a ao primeiro membro de cada uma das segundas duplas (Segunda Dupla da Defesa e Segunda Dupla da Oposição) realizar a função da extensão, em que o deputado deverá apresentar uma nova perspectiva ao debate, trazendo novas referência e formas de analisar o assunto. É bastante comum, por exemplo, que na primeira metade haja uma análise de perspectiva econômica e, como exemplo de nova ótica para o debate, a extensão traga uma análise sociológica da questão. É importante ressaltar que, ainda que na extensão, é possível realizar o desafio a moção e que, salvo nesta situação, ainda que com a intenção de ampliar a ótica do debate, não é permitido que haja uma fuga da definição anteriormente feita.

3.5 Whip

A função do Whip corresponde ao último discurso de cada bancada e será por meio deste que o membro da defesa ou oposição irá, sem introduzir nenhum argumento novo, apresentar uma síntese do que foi o debate para que ele mostre o porquê da sua bancada ter tido um melhor desempenho ao longo do debate. Embora não seja obrigatório, é importante trazer referências, mas tendo o devido cuidado para que não se confunda com um novo argumento.

Nesta posição não é possível introduzir um argumento novo porque, como são os últimos discursos de cada bancada, não há a possibilidade de refutação, o que compromete o equilíbrio do debate, fazendo com que, caso isso ocorra, o deputado perca pontos de regra.

Por outro lado, é muito positivo que o Whip faça refutações aos argumentos já existentes, mostrando por que são errôneos ou quais outros pontos apresentados os tornam inválidos.

3.6 Juízes

A principal premissa que deverá nortear o julgamento é a posição hipotética sob a qual o juiz se encontra: eleitor médio inteligente. Embora a banca avaliadora possa ser composta pelo membro que possua a maior especialidade possível em determinado assunto, esta deve influenciar o mínimo possível em sua avaliação. Ou seja, supondo que haja um doutor em ciência política num debate acerca desta disciplina, os debatedores não poderão contar com o conhecimento prévio do juiz para a compreensão do que está sendo dito. Toda referência utilizada no debate deve ser colocada e explicada de maneira com que a sua compreensão seja acessível ao eleitor médio inteligente, por meio do qual, não necessite um conhecimento ou especialização prévia para entender do que se trata.

O juiz irá avaliar cada debatedor e dupla separadamente e, após a análise com os demais membros da avaliação, convocará os debatedores para dar o devido feedback individual e da dupla, de forma a elencar os pontos positivos e negativos ao longo do debate.

3.6.1 Da Ordem

É comum que, ao longo dos campeonatos, ocorram problemas que possam prejudicar materialmente

o debate. Ruídos, barulhos, pessoas passando mal, entre outras coisas. Contudo, juízes preparados devem sempre agir para minimizar os impactos no debate que esses incômodos podem trazer.

Presidente Cabe ao de Mesa pedir ordem durante um debate, seja duplas comunicando porque as estão se umas

com as outras (o que é uma infração grave às regras), seja porque há algum barulho externo que está prejudicando o entendimento dos discursos (neste caso, ele deverá sinalizar às duplas que a compreensão está sendo afetada).

Um caso extremamente incomum, mas não impossível, é o de pessoas passando mal dentro da sala de debate. Nesses casos, o Presidente deverá tomar as medidas necessárias para garantir os devidos cuidados do doente em questão.

Em situações de quebra da ordem, caberá ao Presidente a decisão de eventualmente interromper discursos e pausar o cronômetro. Essas são medidas extremas e deve ser sempre tomada com muita cautela e serenidade, não devendo ser utilizadas para qualquer situação.

4. Deliberações pós-debate

4.1. Ranking das duplas

Após o fim do debate, cada juiz fará comparações para determinar qual dupla foi melhor, segundo os critérios de avaliação. Ou seja, cada dupla será comparada individualmente com as demais. Agregando as decisões de todos os juízes, as duplas serão então classificadas de acordo com o número de vitórias comparativas. Os juízes apenas debaterão caso alguma dupla apresente empate no número de vitórias comparativas dentro do referido debate.

4.2. Pontuação dos debatedores (Nota entre 50-100)

Realizado o ranking das duplas, os juízes decidirão as notas dos debatedores de acordo com os seguintes passos:

1ª deliberação:

- a)Decidir coletivamente qual foi o melhor e pior debatedores do debate.
- b)Baseando-se nos critérios de avaliação, dar notas para o melhor e pior debatedores.

2ª deliberação:

- c)Decidir coletivamente quem foi o 2º e 7º melhor debatedores do debate.
- d)Baseando-se nos critérios de avaliação, dar notas para o 2º e 7º melhor debatedores.
- e)Verificar se as notas dos debatedores são compatíveis com o ranking das duplas.

3ª deliberação:

- f)Decidir coletivamente quem foi o 3° e 6° melhor debatedores do debate.
- g)Baseando-se nos critérios de avaliação, dar notas para o 3° e 6° melhor debatedores.
- h) Verificar se as notas dos debatedores são compatíveis com o ranking das duplas.

4ª deliberação:

- i)Decidir coletivamente quem foi o 4º e 5º melhor debatedores do debate.
- j)Baseando-se nos critérios de avaliação, dar notas para o 4° e 5° melhor debatedores.
- k) Verificar se as notas dos debatedores são compatíveis com o ranking das duplas.

O critério de argumentação valerá 20 pontos; raciocínio, referências e oratória valerão 10 pontos cada; e os debatedores apenas serão debitados em no máximo 20 pontos caso violem regras.

Além disso, é preciso sempre atentar-se para que o valor do somatório das notas de cada debatedor da dupla seja compatível com o ranking das duplas. Ou seja: o ranking do somatório de notas de cada debatedor da dupla deve ser igual ao ranking das duplas.

4.3 Da tabulação

Caberá a cada juiz presidente de mesa levar à equipe de tabulação a ficha resumo preenchida com os resultados de cada dupla, imediatamente após o fim da deliberação dos mesmos.

Ele deverá esperar até que a equipe de tabulação diga que não existem dúvidas sobre o preenchimento (por exemplo, falta preencher um número ou um nome) e só então poderá voltar para a sala para dar o feedback.

O power matching do campeonato será feito de uma maneira original e estará explicado no apêndice.

5. Feedback

Ao término do debate, os juízes possuem 15 minutos para discussão das posições e para chegarem a um consenso sobre a pontuação e a classificação das duplas, sendo essa quantidade de tempo um marco referencial, não um limite. Caso não haja consenso, os avaliadores devem votar sobre as decisões. O Presidente da mesa terá o voto de qualidade para a decisão final. Após a decisão, as duplas retornam para receber o feedback da mesa. Por isso é importante que durante a discussão os avaliadores organizem o que será passado por cada um durante o feedback, para que seja feito da maneira mais organizada possível.

O feedback é o momento em que a mesa avaliadora revela suas impressões sobre o debate para os debatedores, sem revelar a classificação. A ordem para o feedback deve ser feita por ordem de orador ou por ordem das duplas (1ª defesa, 1ª oposição, 2ª defesa, 2ª oposição).

O feedback é peça-chave para o crescimento de um debatedor, por isso é importante que sejam levantados tanto os pontos positivos quanto os negativos. Os juízes devem se preocupar em passar um feedback com os pontos que foram discutidos, entretanto, não podendo deixar claro quem venceu o debate. É importante, também, se houver decisões minoritárias, que elas sejam abordadas durante o feedback. No entanto, recomenda-se que os debatedores não tentem explicar para os juízes o que queriam dizer com alguma coisa: se tinham algo a dizer, o debatedor teria que ter dito durante o discurso.

Eventuais dúvidas, esclarecimentos ou questionamentos por parte dos debatedores deverão ser feitos **após** o feedback, quando a mesa tiver concluído seu parecer acerca do debate e dos debatedores.

É fundamental que os juízes respeitem os debatedores e que não ofendam nenhum debatedor, mesmo que ele tenha sido ofensivo em seu discurso. Qualquer ofensa deve ser levada à organização do torneio. É necessária a manutenção da ordem e caso os debatedores durante o feedback sejam desrespeitosos com a mesa, os juízes devem solicitar o silêncio. Caso o pedido seja desrespeitado, é passível pedir que tais participantes deixem a sala. Isso deverá também ser comunicado à organização do torneio.

6. Erros mais frequentes

Uma mentira contada mil vezes se torna verdade? Bom, quando se trata de regras, não funciona assim. A organização do Torneio Fluminense de Debates sabe que algumas lendas acabaram se consolidando entre os juízes e queremos esclarecer alguns pontos, para termos uma avaliação cada vez mais precisa. Lembrando que, se vocês tiverem qualquer dúvida, a Diretoria de Avaliação está sempre à disposição. É melhor tirar sua dúvida, por mais simples que seja, do que prejudicar um debatedor.

- -As opiniões das pessoas da mesa avaliadora não pode pesar no resultado do debate. Lembrete óbvio, mas é importante reforçar.
- -Nem sempre o melhor debatedor ganha o debate. É importante lembrar que o campeonato é em duplas, então os juízes devem avaliar o desempenho de ambos os membros, o entrosamento entre eles e o quanto eles contribuíram para o debate. Dois excelentes discursos que ficaram desconexos do tema discutido não podem ganhar aquela rodada.
- -"Os Pontos de Informação têm que ser perguntas". Os pontos de informação podem ser perguntas, mas isso não é obrigatório. Eles também podem ser afirmativas para enriquecer o debate, ou mesmo a indicação de que uma informação dita por um deputado é imprecisa ou falaciosa.
- -"Cabe aos debatedores indicarem quando um argumento não for verdadeiro, o juiz não pode tirar ponto de uma inverdade que não foi questionada durante o debate". O juiz deve avaliar o quanto um argumento é razoável e deve punir debatedores que se utilizem de inverdade em um debate.
- -O juiz não pode fazer saltos lógicos por conta própria. Para algo ser considerado "óbvio" e "claro" em um debate, é importante que seja de fato dito.
- -É importantíssimo que o juiz avalie o debate pelo o que ele foi. Mesmo que um debatedor experiente não tenha o desempenho que se espera dele, não pode haver penalização por isso. Lembrando também que as notas individuais são dadas de forma absoluta, não comparativa. Se o debate teve um nível baixo, a dupla que se saiu melhor não deve ter a pontuação favorecida por ter sido a melhor. Pode acontecer que, por exemplo, ela tenha a mesma pontuação que a pior dupla de uma sala com o nível muito alto.
- -As bancadas devem sempre ser coesas.
- -O debate não acaba para o participante depois que ele se pronuncia. Deve ser avaliado se a dupla contribuiu com Pontos de Informação ao longo do restante do debate, o que estimula a discussão.
- -É importante avaliar se alguma linha argumentativa foge à definição apresentada.
- -Um fenômeno comum nos debates é quando os avaliadores pensam que a dupla mais forte da disputa sempre vai vencer. Com isso, ao se depararem em uma situação na qual eles questionam qual dupla foi melhor, os avaliadores tendem a dar a vitória à dupla mais consolidada. Esse é o chamado "efeito bola de neve".

-Referências soltas não são argumentos e elas só servem para dar lastro a argumentos, não se pode citar referências sem deduzi-las logicamente.

As linhas de raciocínio e os argumentos podem ser embasadas nas referências. Dados e autores fora de contexto não podem ser considerados como argumentos por si mesmos.

-Os juízes não devem cair na tentação de premiar um debatedor apenas porque a ficha de referencias esta ampla. -Discursos devem ter argumentos. Discursos que não contribuem para o objetivo da bancada (aprovação ou não-aprovação da moção) devem ser encarados com desconfiança. Por exemplo, na moção "Esta casa transferiria os blocos de carnaval para o Parque Olímpico", um discurso que conta como o carnaval surgiu na Europa e como ele se tornou algo importante para o Rio de Janeiro hoje, provavelmente não contribui ou contribui muito pouco para a posição da bancada. -Algumas vezes, um avaliador cai mais de uma vez na mesma sala que um debatedor. Para agradar aquele juiz, o debatedor melhora os pontos ditos no feedback anterior, mas negligencia outros mais importantes. Cabe ao juiz ser neutro e avaliar o debate pelo o que ele foi, não como um comparativo de debates anteriores. -Debates não são júris simulados ou simulações de organismos internacionais. Fique atento às regras específicas do modelo. -O juiz não pode exigir que um debatedor use conhecimentos de sua área dentro do discurso. Por exemplo, um debatedor que estude economia não é obrigado a usar argumentos econômicos dentro do debate, isso fica a critério do próprio debatedor.

7. Guia de Estudos

7.1. Pesquisa

A pesquisa possui um papel fundamental nos debates, porque evita que ele seja pautado apenas pelo senso-comum e pelas experiências dos próprios participantes. Com um estudo mais aprofundado, além de o próprio debatedor ganhar mais conhecimento, todos os participantes acabam se enriquecendo pelo embate de ideias.

Assim como nos demais campeonatos de debate do país, os temas das rodadas do Torneio Fluminense de Debates são divulgados com antecedência. Eles serão os assuntos abordados nas moções, em ordem definida pelo comitê de organização do evento.

Como as moções específicas das rodadas não são conhecidas — assim como o posicionamento da dupla, que só é indicado quinze minutos antes do debate — é necessário que o participante estude de forma abrangente o assunto. Isso inclui ler artigos, livros, reportagens e outros meios informativos sobre o tema. Um ponto a ser observado, no entanto, é a credibilidade de tais fontes, para que as informações utilizadas no discurso sejam verdadeiras.

No momento da pesquisa, é válido procurar tanto informações gerais sobre o tema, quanto subtópicos mais específicos. Por exemplo, ler definições de termos importantes relativos ao assunto é uma forma de ganhar conhecimento mais abrangente. Por outro lado, pesquisar polêmicas e possíveis discussões já existentes acerca do tema permite que o debatedor tenha ideia de quais moções podem surgir e, assim, fazer um estudo mais direcionado a cada uma delas.

Para o campeonato, todo o material de estudo deve ser impresso, seja ele composto por documentos do próprio debatedor, dicionários, livros ou jornais. Como não será possível ter acesso a aparelhos eletrônicos após a divulgação da moção, a pesquisa prévia é fundamental para garantir um bom desempenho.

7.2. Preparação

Assim que a moção e as posições de uma rodada são anunciadas, as duplas possuem quinze minutos para conversar entre si e determinar a estratégia do debate. Nesse momento, é importante ressaltar que **não** é permitido utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico ou fazer contato com outras duplas, sejam elas da mesma bancada ou não. Só poderão falar com os organizadores e juízes.

Durante esses quinze minutos, recomenda-se que os debatedores façam um breve planejamento de seus discursos. Isso inclui selecionar os materiais que serão utilizados, as principais linhas argumentativas e definir possíveis estratégias para a rodada, quesitos que são essenciais para evitar contradições internas e a repetição excessiva de tópicos. Além disso, deve-se decidir qual será a ordem de fala dos integrantes da dupla, o que precisará ser informado aos juízes no início do debate.

Não existe um procedimento padrão a ser cumprido nesses quinze minutos, eles podem ser utilizados da maneira como os participantes acharem mais proveitoso.

7.3. Definição de Moção Propositiva

A definição de uma moção, como já foi apresentado no ponto 3.2 deste Manual, é função do primeiro membro da bancada da Defesa e pode ser feito de duas formas diferentes. Elas variam de acordo com o objetivo e a redação da moção em si.

A moção propositiva é aquela que indica alguma ação ou mudança concreta a ser realizada, de forma que é preciso determinar em quais termos ela ocorrerá. Esta Casa legalizaria..., Esta Casa aprovaria... e Esta Casa extinguiria... são alguns trechos frequentes de moções que indicam a necessidade da formulação de uma proposta.

No momento de definir uma moção propositiva, é positivo questionar onde ela ocorrerá, por quem será feita (governo, instituições privadas no geral, alguma organização específica...), quando e por quanto tempo será realizada e de que forma será implementada. Apesar disso, lembrese que é necessário apresentar argumentos no discurso de definição, por isso, preste atenção no tempo.

No caso da moção propositiva, recomenda-se que a bancada de Oposição apresente uma contraproposta. Não é necessário, mas é bem visto porque mostra que, além de criticar o lado da Defesa, a dupla também possui uma alternativa que pode ser uma opção mais adequada. Ela pode seguir os mesmos padrões da proposta inicial, especificados no parágrafo anterior. É importante ressaltar que uma contraproposta (ou a falta dela) não dá ou tira pontos automaticamente, mas a falta de uma contraproposta bem estruturada e condizente pode dificultar o trabalho da bancada da Oposição.

7.4. Definição de Moção Valorativa

Diferentemente da moção propositiva, a valorativa não requer necessariamente um plano de ação ou proposta concreta. O objetivo do debate é avaliar o assunto de maneira mais abrangente — o que, no entanto, não impede as bancadas de trazerem exemplos concretos.

Moções valorativas geralmente começam com Esta Casa acredita..., Esta Casa prefere... ou Esta Casa apoia..."

Apesar de não ser necessário apresentar uma proposta, é importante ressaltar que a definição precisa ser feita igualmente. Uma estratégia possível é analisar os termos que a compõem, por exemplo.

7.5. Construção de argumentos

No debate, os discursos são baseados em argumentos, que devem corroborar com o lado defendido pela bancada. É importante ressaltar que o argumento não pode ser meramente expositivo; ele precisa sustentar, de alguma forma, a moção (ou a oposição a ela). Um argumento é baseado, de forma geral, em uma proposição, sua justificativa lógica e as referências que a sustentam.

A **proposição** consiste na enunciação do argumento, que justifica o posicionamento da bancada. Por exemplo: "A aprovação da moção B irá trazer benefícios na área econômica".

A **lógica** por trás do argumento explica o motivo da proposição ser verdadeira, de maneira plausível e racional. Um exemplo é "O benefício na área econômica será causado porque a moção traz X, Y e Z mudanças, que irão resultar em uma determinada consequência, que beneficiará a economia". É importante ressaltar aqui a necessidade de atentar-se a possíveis falácias ou saltos lógicos incoerentes, que enfraquecem o argumento.

Alguns exemplos de falácias são, por exemplo, ad hominem, falácia do espantalho, falso dilema, apelo à autoridade, entre outras. Por serem muitas, não entraremos no mérito de cada uma nesse Manual, porém recomendamos que os participantes procurem ler sobre elas, para evitá-las.

Por último, as **referências** — que podem ser dados, exemplos ou outros — mostram de forma concreta como o argumento se mostra verdadeiro. Eles buscam ilustrar e fornecer credibilidade à proposição, de forma a fortalecê-la. Por exemplo: "uma medida semelhante à moção já foi tomada anteriormente, em certa ocasião, e levou a um benefício econômico" ou "determinada pesquisa indica que, com a aprovação da moção, as mudanças X, Y e Z de fato ocorrerão, que levarão ao benefício econômico".

Quando algum dos três componentes não é apresentado ou é mal articulado com os demais, o argumento se mostra mais fraco e fácil de ser refutado.

7.6. Refutação de argumentos

No momento de responder a um argumento apresentado pela outra bancada, existem duas possibilidades: a contra-argumentação e a refutação.

A primeira consiste em apresentar alguma oposição àquele argumento, que o contraponha, mas não o invalide. Por exemplo, se uma das bancadas afirma que "a moção trará consequências negativas economicamente", uma possível contra-argumentação é dizer que "a moção irá gerar muitos resultados positivos socialmente, que serão mais representativos". A segunda afirmação não invalida a anterior, porém reduz o seu impacto no debate.

Já a refutação consiste em mostrar por que o argumento é errôneo ou inválido e, possivelmente, utilizá-lo a seu favor. Existem várias formas de fazê-lo, dentre as quais pode-se destacar o questionamento à lógica argumentativa em si ou à referência usada como base. (Para mais informações sobre Argumentação, veja o item anterior).

Ouando debatedor lógica argumentativa, ele deve ataca a mostrar que relações causa e consequência mostradas estão erradas. Ou. outra forma. por que o raciocínio utilizado no argumento não condiz com a realidade. mostrar

Já no caso de atacar as referências usadas como base, é importante mostrar como o exemplo ou a estatística se encontra desvinculada do argumento em si. Ela pode ser relativa à moção em questão, mas não sustentar necessariamente alguma das bancadas, ou ser um caso isolado que ignora fatores externos importantes.

Após realizar a refutação, é positivo que o debatedor também leve o argumento para a própria bancada. Se ele conseguiu desconstruir que "a moção trará um impacto negativo para a cultura brasileira", é interessante que ele também prove por que a moção será positiva para a cultura brasileira.

7.7. Estruturação do discurso

No momento de estruturar o discurso, é importante deixar bem claro qual será o raciocínio utilizado. Issopode ser percebido tanto em cada argumento se paradamente, quanto na fala como um todo.

Para um determinado argumento, a lógica utilizada para embasá-lo deve ser exposta de forma coerente. O debatedor não pode deixar nenhum salto lógico a cargo do ouvinte, por exemplo, ou não expor alguma relação causa-consequência por ela parecer óbvia.

Existem duas principais formas de estruturar a argumentação: a indutiva e a dedutiva. Na primeira, o debatedor parte de exemplos ou casos específicos e, por meio da lógica, atinge uma generalização mais abrangente. Já na segunda, o raciocínio é feito de forma contrária: o discurso tem início na tese e, por meio da lógica e das referências, é possível chegar a casos específicos. Existem outros métodos para estruturar bem um argumento, mas, no geral, ele deve possuir início, desenvolvimento e fim.

Além da estrutura dos argumentos em si, é importante perceber como eles são apresentados. Existe alguma linha de raciocínio geral seguida ao longo do discurso? Os argumentos têm correlação uns com os outros? O discurso como um todo apresentou início, meio e fim? Essas são algumas perguntas importantes a serem feitas, tanto pelo avaliador, quanto pelo orador.

8. Do Power Matching

Os campeonatos de debates se preocupam em oferecer os melhores debates a seus debatedores, por isso é recorrente o uso do power matching, que é tentar colocar as duplas contra duplas de nível semelhante. Nosso campeonato usará o power matching acumulativo, com os seguintes critérios:

- Soma dos pontos de power matching obtidos até então:
 - 1° lugar em um debate: 3 pontos de power matching
 - 2º lugar: 2 pontos de power matching
 - 3º lugar: 1 ponto de power matching
- •Em caso de empate, usaremos a nota acumulada dada pelos juízes. No entanto, subiremos a dupla de menor pontuação dos juízes¹.

Os pontos de power matching, no entanto, não terão nenhuma ligação com a maneira que utilizaremos para definir os classificados para as semifinais. Este será utilizado o método de PageRank, escolhido após extensa investigação da equipe de tabulação.

PageRank é um algoritmo criado por Larry Page e Sergey Brin em 1998 na Universidade de Stanford e foi o algoritmo que o Google usou para determinar quais sites são mais importantes quando se pesquisa algo na internet.

A ideia central é que vitórias contra equipes melhores devem valer mais. Ao mesmo tempo, o PageRank diminui injustiças, de maneira comprovada nas simulações. Para o debatedor, nada muda. Tente vencer o máximo de debates possíveis que você será capaz de passar de fase.

Com o PageRank também seremos capazes de diminuir o efeito da subjetividade de nossos juízes, pois não precisaremos de suas notas para definirmos o ranqueamento, apenas precisaremos da colocação de cada dupla no debate, o que é muito menos subjetivo. Isso evitará o problema do juiz carrasco, em casos de empates. Mas o juiz não deverá ser menos rigoroso: as notas serão usadas no power matching e também para eleições de melhores debatedores.